

# Agências da ONU reforçam atenção a meninas e mulheres migrantes e refugiadas no Brasil

*Com apoio da Embaixada de Luxemburgo, ONU Mulheres, UNFPA e ACNUR iniciam projeto para proteger e empoderar meninas e mulheres venezuelanas que chegam ao país por Roraima*

[\(ONU Mulheres, 25/01/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Em crises humanitárias, entre as populações mais afetadas estão mulheres e meninas. Pobreza, separação da família, dificuldades no acesso a serviços básicos e a exposição a maiores riscos de violência são algumas das dificuldades enfrentadas. Para reduzir as vulnerabilidades e oferecer alternativas a mulheres e meninas venezuelanas que chegam ao Brasil, a ONU Mulheres, o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e a Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) iniciam em 2019 uma ação conjunta, financiada pela Embaixada de Luxemburgo.

O objetivo do Programa Conjunto Liderança, Empoderamento, Proteção e Acesso é incorporar a perspectiva de gênero na resposta humanitária em Roraima para proteger e empoderar meninas e mulheres migrantes, refugiadas e solicitantes de asilo. A iniciativa também prevê o fortalecimento das redes de proteção e suporte, além da promoção do empoderamento econômico e da liderança feminina.

“Luxemburgo é um grande apoiador dos programas da ONU, em especial os voltados para populações em vulnerabilidade, programas para mulheres e programas para pessoas refugiadas”, afirmou o embaixador de Luxemburgo no Brasil, Carlo Krieger. “Luxemburgo está contribuindo com o orçamento de várias organizações e, neste caso, o Governo tem decidido contribuir com um projeto específico e, por meio dele, chegar a mulheres venezuelanas refugiadas na fronteira com Roraima”, completou.

O embaixador participou de uma missão, ao lado de representantes das agências apoiadas pelo projeto, que estiveram em Roraima entre os dias 16 e 18 de janeiro.

**Ação conjunta** - Para alcançar os objetivos do projeto, as agências trabalharão em três frentes: criação de espaços seguros, geração de oportunidades de integração socioeconômicas e promoção de mecanismos que incorporem a equidade de gênero na resposta humanitária. O projeto tem duração de dois anos.

“O Programa visa ter um impacto na vida das mulheres migrantes e refugiadas que estão agora em Roraima, para garantir que elas consigam desenvolver todas suas potencialidades”, explica a representante da ONU Mulheres, Nadine Gasman. “É uma plataforma para fortalecer os serviços que o Estado brasileiro dá para as refugiadas, trazendo uma perspectiva de gênero, dos direitos humanos das mulheres. Também é um programa para articular ações da sociedade de Roraima para apoiar as mulheres venezuelanas que estão migrando. E é uma forma também de trabalho conjunto para garantir que as mulheres que estão migrando, que estão buscando refúgio no Brasil, tenham seus direitos respeitados”.

Atuando na resposta humanitária em Roraima desde 2015, o UNFPA é responsável por promover a saúde sexual e reprodutiva, além de coordenar as intervenções da ONU em situações como violência sexual e violência de gênero. Segundo o representante do UNFPA no Brasil, Jaime Nadal, o projeto é fundamental para consolidar e fortalecer as redes de assistência e proteção, em especial de meninas e mulheres.

“Graças a este projeto, estamos estabelecendo uma série de serviços que vão permitir que a população em situação de vulnerabilidade consiga acessar essa rede pública, com apoio psicossocial, com espaço de permanência e com atenção adequada. E vão ter garantidos os seus direitos frente a essa situação de vulnerabilidade que foi agravada pelo fenômeno migratório”, destaca Nadal. “A ideia é também incorporar população brasileira para que, junto com a comunidade migrante, consiga elevar o grau de proteção dos direitos humanos fundamentais, o direito a uma vida sem violência, particularmente de mulheres e meninas.”

Dentro da resposta humanitária do Sistema ONU no Brasil em Roraima, o ACNUR realiza, entre outras atividades, a disseminação de informações e o apoio a venezuelanos e venezuelanas no acesso a procedimentos de solicitação de refúgio e residência temporária e junto à Polícia Federal. Também oferece suporte ao governo para procedimentos de registro e identificação de casos específicos de proteção.

“É fundamental que a resposta humanitária continue no Brasil”, ressalta o representante do ACNUR no Brasil, Jose Egas. “Ela é feita em coordenação com a Casa civil, o Exército, 11 Ministérios, o Sistema das Nações Unidas e a sociedade civil de uma maneira coordenada para atender às necessidades da população venezuelana, que cada vez é maior no país e continua aumentando. Contar com o apoio de doadores, como é o caso do Governo de Luxemburgo, é fundamental, porque sem eles não podemos trabalhar na identificação, na resposta e no abrigo”, completa.

---

## **ONU: uma em cada cinco refugiadas é vítima de violência sexual no mundo**

No Dia Laranja Pelo Fim da Violência contra as Mulheres deste mês - 25 de junho -, a ONU alerta sobre a violência contra mulheres e meninas refugiadas. Estudos acadêmicos estimam que uma em cada cinco refugiadas - ou mulheres deslocadas em complexos contextos humanitários - tenha sofrido violência sexual, número ainda subnotificado<sup>1</sup>.

**[\(ONU Brasil, 23/06/2017 - acesse no site de origem\)](#)**

A discriminação contra as mulheres e meninas é causa e consequência do deslocamento forçado e da apatridia. Muitas vezes, esta discriminação é agravada por outras circunstâncias, como origem étnica, deficiências físicas, religião, orientação sexual, identidade de gênero e origem social.

De acordo com os dados do relatório “Tendências Globais” do ACNUR - a Agência da ONU

para Refugiados -, 49% das pessoas refugiadas eram mulheres em 2016. Aquelas que estão desacompanhadas, grávidas ou são idosas estão ainda mais vulneráveis.

Muitas dessas mulheres estão fugindo de conflitos em sua terra natal e sofreram violências extremas e violações dos direitos humanos, incluindo o assassinato e o desaparecimento de seus familiares, a violência sexual e de gênero e o acesso restrito a alimentos, água e eletricidade. Algumas foram repetidamente deslocadas ou foram exploradas ou abusadas em busca de segurança.

As mulheres refugiadas também são muitas vezes as principais cuidadoras das crianças e dos membros idosos da família, o que aprofunda ainda mais sua necessidade de proteção e apoio.

Com oportunidades econômicas limitadas, suas opções para construir meios de subsistência geralmente são limitadas ao trabalho informal de baixa remuneração, o que aumenta o risco de serem colocadas em situações precárias de trabalho.

Em todo o mundo, as mulheres refugiadas têm demonstrado uma enorme resiliência ao refazer suas vidas e a de seus familiares, levando desenvolvimento e progresso às comunidades de acolhida.

Segundo a representante do ACNUR no Brasil, Isabel Marquez, a história das mulheres e meninas refugiadas no Brasil demonstra um “grande poder de resiliência e uma imensa colaboração para o desenvolvimento de nossa sociedade”.

Para ela, o empoderamento das mulheres e meninas, assim como a igualdade de gênero e de oportunidades, são essenciais para prevenir o deslocamento forçado e promover o desenvolvimento humano sustentável.

“Precisamos garantir que as mulheres migrantes e refugiadas conheçam seus direitos, incluindo o direito a viver uma vida livre de violência. Que a Lei Maria da Penha seja cumprida para todas as mulheres, com atenção redobrada para aquelas em situação vulnerável como migrantes e refugiadas que estão chegando ao país ou que aqui já vivem há anos. As instituições têm que estar preparadas para providenciar serviços de qualidade”, destacou Nadine Gasman, representante da ONU Mulheres no Brasil.

“É fundamental que haja orçamento suficiente e pessoal qualificado para a atenção das mulheres e que a saúde, a segurança pública, o Judiciário e a educação trabalhem em parceria para processar, julgar e punir casos de violência de gênero, mas também para prevenir e interromper ciclos tão recorrentes de violência dos quais as mulheres são as principais vítimas”, acrescentou Nadine.

No Brasil, de acordo com o último relatório do Comitê Nacional para Refugiados (CONARE), 32% das 10.038 solicitações de refúgio foram feitas por mulheres no ano passado.

Ao menos 10 das 169 metas da Agenda para o Desenvolvimento Sustentável de 2030 incluem referências a questões diretamente relacionadas à migração internacional, aos migrantes e à mobilidade.

O ACNUR tem trabalhado intensamente na promoção da igualdade de gênero, no empoderamento das mulheres e meninas refugiadas e na prevenção da violência sexual e de gênero, desenvolvendo e implementando diversas cartilhas, políticas e estratégias.

A agência da ONU considera imprescindível garantir que todas as mulheres e meninas refugiadas tenham acesso à proteção jurídica e social, independentemente de sua nacionalidade, visões políticas, religião, raça, identidade sexual e de gênero, origem social, etnia ou qualquer outra característica intrínseca dignidade da pessoa.

Todos os Estados-membros da ONU são responsáveis por facilitar a migração segura, ordenada e regular e a mobilidade das pessoas, inclusive por meio da implementação de políticas de migração planejadas. Por fim, qualquer medida tomada para atingir o Objetivo 5 da Agenda 2030 – alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas – deve incluir mulheres e meninas refugiadas e migrantes.

## **Dia Laranja**

Todo dia 25 do mês é um Dia Laranja pelo Fim da Violência contra as Mulheres. A data conclamada pelas Nações Unidas no marco da Campanha “UNA-SE” busca ampliar o calendário celebrado no dia 25 de novembro – Dia Internacional pelo Fim da Violência contra as Mulheres.

Trata-se de um dia para dar visibilidade ao tema, mobilizar o compromisso e exigir as condições para que mulheres e meninas possam viver uma vida livre de violência.



No Dia Laranja, as Nações Unidas convidam a sociedade civil, os governos e outras/os parceiros a se mobilizarem em apoio à causa.

Em 2017, o Dia Laranja adota o lema “Não deixe ninguém para trás: acabe com a violência contra as mulheres e as meninas”, que se soma aos desafios da Agenda 2030, compromisso assumido pelos Estados-membros das Nações Unidas pela promoção da igualdade e o desenvolvimento social em todos os níveis e para todas as pessoas.

## **Projetos e programas relevantes**

A violência sexual e de gênero em conflito muitas vezes não é relatada e, portanto, não é atendida. A Agência das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) aborda o problema de

forma antecipada com uma variedade de programas inovadores, escaláveis e baseados na comunidade que estão mudando a colaboração para diferentes serviços especificados.

A ONU Mulheres trabalha na Síria no campo de refugiados de Zaatat, onde realiza um programa que reúne serviços de referência e proteção para mulheres e o desenvolvimento de habilidades para a vida, como alfabetização nas línguas árabe e inglesa, aulas de informática e serviços de creche para pais que estão trabalhando.

O programa já levou a uma redução de 20% na violência doméstica entre os beneficiários e 76% afirmam uma mudança positiva nas relações intra-familiares. Conheça mais do [trabalho da ONU Mulheres na Síria aqui](#).

O Fundo Fiduciário das Nações Unidas de Apoio a Ações pelo Fim da Violência contra as Mulheres apoia organizações dedicadas ao enfrentamento da violência contra mulheres e meninas refugiadas. [Saiba mais aqui](#).

*(1) Vu, Alexander, Atif Adam, Andrea Wirtz, Kiemanh Pham, Leonard Rubenstein, Nancy Glass, Chris Beyrer e Sonal Singh (2014) "The Prevalence of Sexual Violence among Female Refugees in Complex Humanitarian Emergencies: a Systematic Review and Meta-analysis" PLoS Currents. Public Library of Science.*

---

## [Número de refugiadas grávidas em São Paulo cresceu 57% em 2016, diz estudo](#)

*Cáritas de São Paulo divulgou perfil dos refugiados. Mulheres relataram violência sexual no país de origem.*

Um levantamento da Cáritas de São Paulo mostra que o número de refugiadas grávidas cresceu 57,2% em 2016, em comparação com o ano anterior. Em 2016, 173 mulheres grávidas foram atendidas no estado de São Paulo, contra 110 em 2015. Em 2013, foram apenas 10.

[\(G1/São Paulo, 22/03/2017 - acesse no site de origem\)](#)

A Cáritas de São Paulo, entidade que presta serviços de acolhida e integração a refugiados no país, em parceria com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (Acnur), divulgou o perfil das novas chegadas de 2016. No ano passado, 3.234 refugiados buscaram atendimento pela primeira vez na instituição.

***Leia mais:*** [É cada vez maior o número de mulheres refugiadas no Brasil, aponta Cáritas \(Agência Brasil, 22/02/2017\)](#)

A proporção das mulheres atendidas também cresceu. Em 2013, eram 13% do total. Subiu para 17% em 2014, 27% em 2015 e 36% em 2016. O número de mulheres atendidas que são chefes de família e cuidam sozinhas dos filhos também subiu, de 202 em 2015 para 276 em 2016.

Para o padre Marcelo Maróstica Quadro, diretor da Cáritas, um dos motivos para o perfil ter mudado é o país de origem das refugiadas. “Elas vêm de lugares de guerra. Os homens vão para as guerras e as mulheres ficam sozinhas”, explica. Outro fator apontado pelo padre é o estupro, que é usado como arma de guerra. Assim, as mulheres buscam fugir do desamparo e violência. Em 2016, 101 das mulheres que chegaram relataram violência sexual no país de origem.

O país de origem dos refugiados que chegaram à Cáritas em 2016 também mudou. Em 2015, os refugiados sírios estavam em maior número, seguido por Angola e Nigéria. Em 2016, a Angola ficou em primeiro lugar, seguida por Nigéria, República Democrática do Congo, Síria e Guiné.

Segundo dados de fevereiro do Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), o país tem 9.747 refugiados. A Cáritas de São Paulo tem registrado 4.252 refugiados, quase metade do total. Entidades que prestam apoio aos refugiados e imigrantes no Brasil alertam que o número dessa população é muito baixo. As organizações tentam, há anos, pressionar o legislativo para modificar a lei, criada na Ditadura Militar, que trata o imigrante como uma ameaça. A proposta é uma regulamentação que esteja baseada nos direitos humanos.

*Por Paula Paiva Paulo, G1 São Paulo*

---

## [Refugiados e migrantes em fuga de violência sexual, abusos e exploração nas rotas do tráfico na Líbia](#)

**(Anistia Internacional, 04/07/2016)** Relatos horríveis de violência sexual, mortes, tortura e perseguição religiosa recolhidos numa missão de investigação da Amnistia Internacional revelam o chocante leque de abusos que são cometidos contra refugiados e migrantes ao longo das rotas do tráfico humano para a Líbia e através de todo o país.

A organização de direitos humanos entrevistou mais de 90 refugiados e migrantes em centros de recessão na Sicília e na Apúlia, os quais fizeram a viagem através do mar Mediterrâneo a partir da Líbia para o Sul de Itália nos meses recentes, e que foram alvo de uma multiplicidade de abusos por contrabandistas, traficantes de pessoas, grupos de crime organizado e grupos armados.

“Desde serem raptados, encarcerados em subterrâneos ao longo de meses e alvo de abusos sexuais por membros de grupos armados, a serem espancados, explorados ou alvejados por contrabandistas, traficantes ou grupos criminosos, os refugiados e migrantes descreveram em pormenores angustiantes os horrores que foram forçados a viver na Líbia”, conta a vice-diretora interina da Amnistia Internacional para o Médio Oriente e Norte de África, Magdalena Mughrabi. “Aquilo pelo qual estas pessoas passaram pinta uma imagem absolutamente horrível das condições das quais muitos daqueles que veem para a Europa



estão a tentar escapar desesperadamente”, prossegue.

Centenas de milhares de refugiados e migrantes – maioritariamente oriundos da África subsariana – fazem a viagem até à Líbia em fuga de guerras, perseguição ou de pobreza extrema, frequentemente acalentados pela esperança de conseguirem instalar-se na Europa. A Organização Internacional para as Migrações (OIM) estima que se encontram atualmente mais de 264 000 migrantes e refugiados na Líbia. E, de acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR, UNHCR na sigla em inglês), são 37 500 os refugiados e requerentes de asilo registados em território líbio, metade deles sírios.

“Ninguém deveria estar sujeito a raptos, a tortura e a violação na Líbia quando está em busca de proteção. A comunidade internacional deveria estar a fazer todos os esforços para garantir que os refugiados não têm de fugir para a Líbia, para começar. A União Europeia, e todos os governos no mundo inteiro, têm de aumentar significativamente o número de vagas de reinstalação e visas humanitários para os refugiados vulneráveis que enfrentam dificuldades tão graves e têm poucas perspetivas nos países vizinhos para os quais começaram por fugir”, avalia Magdalena Mughrabi.

Apesar ter sido formado um Governo de união nacional no país, com o apoio das Nações Unidas, os combates continuam a assolar várias zonas da Líbia, incluindo Bengasi, Derna e Síрте.

“As autoridades líbias têm de tomar medidas urgentes para repor o Estado de direito e proteger os direitos de refugiados e migrantes. O Governo de união nacional, que goza do apoio internacional, assumiu compromissos de respeitar e fazer cumprir os direitos humanos – têm o dever de julgar aqueles que são responsáveis por estes crimes repugnantes”, insta ainda a vice-diretora interina da Amnistia Internacional para o Médio Oriente e Norte de África.

No meio de toda a anarquia e violência que continua a assolar o país, tem vindo a ser desenvolvido um negócio lucrativo de tráfico de pessoas ao longo das rotas desde o Sul da Líbia até à costa do Mediterrâneo, no Norte, de onde partem barcos rumo à Europa. Pelo menos 20 pessoas que os investigadores da Amnistia Internacional entrevistaram também reportaram a ocorrência de [abusos sofridos às mãos de agentes da Guarda Costeira líbia e em centros de detenção de migrantes dentro do país](#).

A organização de direitos humanos ouviu refugiados e migrantes que descreveram abusos a acontecerem ao longo de toda a viagem, desde a chegada à Líbia até chegarem às zonas costeiras no Norte do país. Outros viveram vários anos na Líbia mas acabaram por decidir partir, em fuga da intimidação e abusos por grupos locais, por grupos armados e pela polícia.

A Amnistia Internacional documentou abusos cometidos por contrabandistas, traficantes e grupos armados na Líbia no [relatório “‘Libya is full of cruelty’: Stories of abduction, sexual violence and abuse from migrants and refuges”](#) (A Líbia está cheia de crueldade: histórias de raptos, violência sexual e abusos contadas por migrantes e refugiados), de maio de 2015. Os testemunhos mais recentes recolhidos na Líbia demonstram que, passado um ano, refugiados e migrantes continuam a ser submetidos a abusos horríveis.

### **Os horrores ao longo da viagem**

A maioria das pessoas entrevistadas pela Amnistia Internacional contou serem vítimas de tráfico humano. Foram detidos por contrabandistas assim que entraram na Líbia ou vendidos a

grupos criminosos. Muitas descreveram que foram espancadas, violadas, torturadas ou exploradas por aqueles que as mantiveram em cativas. Algumas testemunharam outras pessoas a serem mortas a tiro por contrabandistas, outras viram pessoas a serem abandonadas à morte por doença ou devido a maus-tratos.

“Quando [se chega] à Líbia, é aí que as dificuldades começam. É aí que nos começam a bater”, contou Ahmed, de 18 anos e oriundo da Somália, ao descrever a árdua viagem que fez através do deserto desde o Sudão até à Líbia em novembro de 2015. Este somali descreveu que os contrabandistas recusaram água como castigo e até dispararam tiros quando lhes foi pedido que dessem de beber a um grupo de homens sírios que viajam naquele grupo e que estavam sedentos.

“Um dos sírios morreu, era novo, não teria mais do que 21 anos. Depois disso deram-nos água, mas ainda outro sírio morreu... só tinha 19 anos”, contou Ahmed, acrescentando que os contrabandistas se apossaram de todos os pertences dos que morreram e não lhes permitiram tão pouco enterrar os corpos.

Outra história terrível foi contada por Paolos, de 24 anos, que partiu da Eritreia e atravessou o Sudão e o Chade, tendo chegado à Líbia em abril de 2016. Este eritreu contou que os contrabandistas abandonaram um homem deficiente físico no meio do deserto durante a viagem, quando se aproximavam da fronteira com o território líbio rumo à cidade de Sabha, no Sudoeste. “Vimo-los a atirarem com o homem para fora [da carrinha], no meio do deserto. Ele estava vivo. Era deficiente físico”, descreveu.

### **Violência sexual ao longo da rota do tráfico de pessoas**

A Amnistia Internacional entrevistou 15 mulheres, tendo a maioria testemunhado que vivem num terror permanente de serem alvo de violência sexual ao longo da viagem para as zonas costeiras da Líbia. Muitas contaram que a violação é tão comum que tomam a pílula contraceptiva antes de iniciarem a viagem para evitarem ficar grávidas dos violadores.

Profissionais médicos, psicólogos e assistentes sociais em três centros de receção que a Amnistia Internacional visitou durante esta missão, na Sicília e na Apúlia, confirmaram que as mulheres reportam elevados níveis de violência sexual sofrida durante a viagem. Funcionários do centro de receção de Bari, cidade portuária da Apúlia, também confirmaram que muitas mulheres refugiadas e migrantes começavam a tomar a pílula antes de encetarem a viagem com medo de serem violadas e engravidar.

A Amnistia Internacional recolheu 16 relatos de casos de violência sexual de sobreviventes e testemunhas nesta missão.

Estes testemunhos indicam que as mulheres foram alvo de ataques sexuais tanto pelos próprios contrabandistas como traficantes e por membros de grupos armados. Esses ataques ocorreram ao longo da rota de tráfico e quando as mulheres eram mantidas cativas em casas privadas ou em armazéns abandonados junto à costa onde embarcariam rumo à Europa.

Uma eritreia de 22 anos contou aos investigadores da organização de direitos humanos que testemunhou outras mulheres serem alvo de abusos sexuais, incluindo uma que foi vítima de violação em grupo porque um traficante a acusou erradamente de não ter pago a viagem. “A família dela não podia pagar outra vez. Levaram-na e foi violada por cinco líbios. Levaram-na a meio da noite, ninguém os confrontou, toda a gente tinha demasiado medo”, contou a



testemunha.

Ramya, também da Eritreia, de 22 anos, relatou ter sido violada mais do que uma vez pelos traficantes que a mantiveram cativa num campo perto de Ajdabya, no Nordeste da Líbia, após ela ter entrado no país em março de 2015. “Os guardas bebiam e fumavam haxixe e depois vinham e escolhiam as mulheres que queriam e levavam-nos. Algumas de nós tentámos recusar-nos mas quando se tem uma arma apontada à cabeça não resta outra escolha para conseguir sobreviver. Fui violada duas vezes, por três homens... Não quis morrer”, lamentou.

E Antoinette, de 28 anos e oriunda dos Camarões, contou que os traficantes que a mantiveram em cativeiro em abril de 2016 “não se importam se és uma mulher ou uma mulher”. “Eles batiam-nos com paus e disparavam as armas para o ar. Talvez porque eu tinha um filho é que não me violaram, mas vi-os violarem mulheres grávidas e mulheres solteiras. Eu vi isto acontecer”.

### **Raptos, exploração e extorsão**

Muitas das testemunhas entrevistadas pela Amnistia Internacional contaram que os contrabandistas as mantiveram em cativeiro com o objetivo de extorquir resgates a familiares. Estas pessoas ficaram presas em condições deploráveis e frequentemente imundas, privadas de alimentos e de água, sendo constantemente agredidas, ameaçadas e insultados pelos captores.

Semre, eritreu de 22 anos, contou ter visto quatro pessoas – incluindo um rapaz de 14 anos e uma mulher de 22 – morrerem de doença e fome, durante o período em que esteve em cativeiro, enquanto os captores tentavam extorquir um resgate em troca da sua libertação. “Ninguém os levou ao hospital, tivemos de os enterrar nós mesmos”, recordou. O pai de Semre acabou por pagar o resgate exigido pelos traficantes, mas em vez de o libertarem venderam-no a um outro grupo criminoso.

Outros descreveram ter sido repetidamente espancados por quem os manteve em cativeiro e que aqueles que não tinham como pagar aos traficantes eram forçados a trabalhar sem nada receberem até saldarem a dívida.

Abdullah, eritreu de 23 anos, contou que os traficantes torturavam e agrediam as pessoas para as forçar a pagar, e especialmente para os pressionar a falarem com familiares e obter destes o dinheiro.

Outro eritreu, Saleh, de 20 anos, entrou em território líbio em outubro de 2015 e foi prontamente levado para um hangar de armazenamento em Bani Walid ocupado por traficantes. Foi ali mantido durante dez dias e testemunhou a morte de homem por eletrocussão, o qual não tinha como pagar aos traficantes. “Disseram-nos que quem quer que não conseguisse pagar teria o mesmo destino”, contou Saleh aos investigadores da Amnistia Internacional.

“Nós não percebíamos o que estava a acontecer... Disseram-nos que ficávamos ali até a nossa família pagar o que eles queriam. Os que mandavam obrigaram-nos a trabalhar sem nos pagarem nada, a limpar casas e noutros trabalhos. Não nos davam comida adequada. Até a água que nos davam era salgada. Não havia casas-de-banho em condições. Muitos de nós ficámos com problemas de pele. Os homens que nos guardavam fumavam haxixe e depois batiam-nos com as armas ou qualquer outra cosia que tivessem à mão: usavam ferros, pedras.

Não tinham coração”, prosseguiu esta testemunha.

### **Abusos sexuais e perseguição religiosa por grupos armados**

A ascensão de grupos armados poderosos nos anos recentes na Líbia, incluindo alguns que se declararam aliados do autoproclamado Estado Islâmico (EI) e que pretendem impor a sua interpretação da *sharia* (lei islâmica), colocou os cidadãos estrangeiros – e, em particular, os cristãos – em acrescido risco de abusos e potenciais crimes de guerra. A Amnistia Internacional entrevistou pessoas que disseram terem sido raptadas por membros do EI e mantidas em cativeiro durante vários meses.

Amal, eritreia de 21 anos, descreveu que um grupo de 17 pessoas com as quais ela viajava foi sequestrado por um grupo armado que creem faz parte do EI perto de Bengasi, quando seguiam em direção a Trípoli em julho de 2015. “Perguntaram ao traficante por que razão estava ele a ajudar cristãos. O homem fez de conta que não sabia que eramos cristãos e eles deixaram-no partir. Então, separaram-nos, cristãos para um lado e muçulmanos para o outro, e homens e mulheres separados também. Levaram os cristãos para Trípoli e mantiveram-nos presos em subterrâneos: não vimos o sol ao longo de nove meses. Éramos 11 mulheres da Eritreia”.

“Houve alturas em que não comemos durante três dias seguidos. Noutras vezes davam-nos apenas uma refeição por dia, metade de um pão”, contou ainda Amal. Esta mulher eritreia descreveu ainda que foram intimidadas a converterem-se ao Islão e agredidas com manguueiras e paus quando se recusaram a fazê-lo. “Houve ocasiões em que nos intimidaram com as armas, ou ameaçavam matar-nos com as facas”, recordou.

E quando as mulheres finalmente cediam e concordavam em converter-se, eram alvo de violência sexual. Os homens consideravam-nas suas “mulheres” e tratavam-nas como escravas sexuais. Amal contou ter sido violada por vários homens antes de ser entregue a um outro que também a violou.

Num outro caso, Adam, de 28 anos, oriundo da Etiópia e que vivia em Bengasi com a mulher, foi raptado em 2015 pelo EI apenas por ser cristão. “Mantiveram-me numa prisão durante um mês e meio. Um deles acabou por ficar com pena de mim depois de lhe ter dito que tinha família e ajudou-me a memorizar o Corão para que os outros me deixassem partir. Eles mataram muitas pessoas”. Adam acabou por conseguir fugir ao fim de sete meses em cativeiro.

O grupo armado *jihadista* autodesignado Estado Islâmico reivindicou responsabilidade pelas execuções sumárias de 49 cristãos coptas em três casos separados que ocorreram em fevereiro e em março de 2015.

“A anarquia e a proliferação de grupos armados rivais e de milícias aumentam os riscos com que refugiados e migrantes se confrontam na Líbia. O Governo de acordo nacional, apoiado internacionalmente, tem de pôr fim a estes abusos cometidos pelas suas próprias forças e milícias aliadas. E tem de garantir que ninguém, incluindo os membros de grupos armados, continua a cometer estes graves abusos, incluindo possíveis crimes de guerra, com impunidade”, insta a vice-diretora interina da Amnistia Internacional para o Médio Oriente e Norte de África.

Magdalena Mughrabi frisa que “a comunidade internacional tem também de prestar apoio ao Tribunal Penal Internacional [TPI], que continua a ter jurisdição sobre a Líbia, na investigação

de crimes de guerra e crimes contra a humanidade”. “E todas as partes envolvidas no conflito têm de cooperar com a investigação do TPI”, exorta ainda a perita.

Além das persistentes ameaças que representam os grupos armados, os cidadãos estrangeiros na Líbia enfrentam também um racismo e xenofobia generalizados assim como um sentimento público que lhes permanece hostil. Muitos refugiados e migrantes entrevistados pela Amnistia Internacional reportaram ter sido atacados fisicamente, ameaçados com facas e armas e que lhes foi roubado tudo o que possuíam sob a ameaça de armas ou tendo sido espancados nas ruas por grupos criminosos.

### **Salvar vidas no mar**

O Conselho Europeu aprovou, a 28 de junho passado, a decisão de [expandir a missão naval anti tráfico humano no Mediterrâneo central - a Operação Sofia - por mais um ano](#), mantendo a função prioritária no combate ao tráfico humano e adicionando-lhe as tarefas de treino e partilha de informação com a Guarda Costeira da Líbia, assim como a monitorização da execução do embargo de armas ao país.

“A União Europeia [UE] devia centrar-se menos em manter refugiados e migrantes fora [da Europa] e mais em encontrar formas seguras e legais para auxiliar as pessoas que estão encurraladas na Líbia sem acesso a um refúgio seguro. A prioridade deveria ser salvar vidas, e tal significa alocar recursos suficientes onde eles são necessários para impedir mais tragédias”, sustenta Magdalena Mughrabi. “A UE deve encontrar soluções para impedir os abusos cometidos pelos contrabandistas, mas não pode tentar manter as pessoas sem saída num país onde as suas vidas e os seus direitos estão tão claramente em risco”, remata a perita da organização de direitos humanos.

Segundo a OIM, a maior parte dos cidadãos estrangeiros que residem na Líbia são oriundos do Níger, do Egito, do Chade, do Gana e do Sudão. A maioria dos que transitam através da Líbia e que fazem a travessia daí para a Itália por barco são da Eritreia, da Nigéria, da Gâmbia, da Somália e da Costa do Marfim.

O principal ponto de afluxo das pessoas oriundas da África Ocidental que entram na Líbia é a cidade de Sabha, no Sudoeste do país. Aqueles que entram em território líbia via Sudão e vindos da Somália, da Eritreia e da Etiópia afluem à baía de Kufra e daí seguem para Ajdabiya, na região Nordeste. A maior parte dos barcos que partem em direção à Europa saem da zona costeira Nordeste da Líbia. Antes das partidas, os estrangeiros são mantidos em casas e quintas até que mais se lhes juntem para fazerem a viagem.

Alguns dos abusos contra refugiados e migrantes na Líbia, documentados pela Amnistia Internacional, constituem tráfico humano. O tráfico de pessoas é um abuso de direitos humanos, assim como um crime na maioria dos sistemas penais nacionais, consagrado como a transferência de pessoas sob ameaça, o uso da força ou de coação como o rapto, a fraude e a indução propositada em erro.

A disrupção e formulação de acusações por tráfico humano, com vista a julgar os responsáveis, constituem uma obrigação dos países ao abrigo da legislação internacional de direitos humanos. Já o contrabando, em contraste, não envolve coerção; é tido como consensual. Apesar de o contrabando poder envolver a formulação de acusações criminais não é em si mesmo um abuso de direitos humanos.

**Acesse no site de origem:** [Refugiados e migrantes em fuga de violência sexual, abusos e exploração nas rotas do tráfico na Líbia \(Anistia Internacional, 04/07/2016\)](#)

---

## **Exposição “Vidas Refugiadas” chega ao Rio com alerta sobre a violência de gênero**

**(ONU Brasil, 05/05/2016)** Quem passou pelos belos jardins do Palácio do Catete, no Rio de Janeiro, nesta semana, deparou-se com um cenário diferente: oito rostos femininos exibidos em 16 grandes fotografias ao longo do caminho de palmeiras imperiais. Trata-se da exposição fotográfica “Vidas Refugiadas”, que tem apoio da Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) e chegou ao Rio após uma primeira temporada em São Paulo.



Exposição fotográfica “Vidas Refugiadas”, que tem apoio da Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), chegou ao Rio após uma primeira temporada em São Paulo (Foto: Victor Moriyama)

Quem passou pelos belos jardins do Palácio do Catete, no Rio de Janeiro, nesta semana, deparou-se com um cenário diferente: oito rostos femininos exibidos em 16 grandes fotografias ao longo do caminho de palmeiras imperiais. Em comum, aquelas mulheres não tinham apenas força, beleza e a determinação de começar uma vida nova no Brasil, mas também o desejo de contar a própria história.

Conferir esse protagonismo é a proposta da exposição fotográfica “Vidas Refugiadas”, que, com o apoio da Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), chegou à cidade após uma primeira temporada em São Paulo.

Com foco no cotidiano no Brasil de oito mulheres de diferentes nacionalidades, a mostra busca chamar atenção para uma perspectiva de gênero na forma como se pensa o refúgio, sobretudo na elaboração das políticas públicas para os refugiados.

Para celebrar o lançamento da exposição, elaborada com imagens do fotógrafo Victor Moriyama, foi realizado um debate com a presença de representantes do ACNUR e da Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro, além da nigeriana Nkechinyere Jonathan, uma das mulheres retratadas no projeto. Professora de inglês, ela chegou ao Brasil em 2014, devido a perseguições do grupo Boko Haram.

“Esta exposição está sensibilizando as pessoas sobre os refugiados, que não são párias nem fizeram nada de errado. São pessoas comuns enfrentando uma situação difícil por circunstâncias da vida, algo que poderia acontecer a qualquer um”, disse Jonathan. “O projeto está construindo um caminho, está indo a algum lugar, um passo de cada vez. Este é o segundo passo.”

Durante o debate, acompanhado por cerca de 70 pessoas, o assistente de proteção do ACNUR, Vinícius Feitosa, reafirmou a existência de questões de gênero como motivadoras de deslocamento e ressaltou a importância de se celebrar a resiliência dos refugiados.

“Ser mulher pode, sim, ser uma razão de perseguição. Quando falamos de refúgio, falamos de um conceito, mas quando falamos da pessoa refugiada, temos que falar de um ponto de vista mais humano, que é o que a exposição propõe.”

A idealizadora da exposição, a advogada Gabriela Ferraz, destacou o expressivo número de mulheres refugiadas no Rio de Janeiro e lembrou que elas representam atualmente cerca de 30% das pessoas que buscam refúgio no Brasil.

“As mulheres sofrem violência no país de origem, no caminho para outro país e temos que ter cuidado para que não sofram aqui, porque a violência contra a mulher é uma realidade no Brasil”, alertou.

Em sintonia com essa preocupação, o advogado da Cáritas RJ, Matteo Theubet, chamou atenção para o crescimento do contingente de refugiadas que têm desembarcado na cidade.

“No primeiro trimestre de 2016, o número de mulheres que chegam ao Rio de Janeiro em busca de refúgio igualou o número de homens pela primeira vez. Temos visto muitas mulheres jovens chegando aqui com crianças pequenas, tendo que se adaptar a uma realidade que não é fácil.”

De acordo com números divulgados pela Cáritas RJ, houve um crescimento de 82% no número de solicitações de refúgio feitas no Rio de Janeiro em 2015, em comparação com o ano anterior. As mulheres, que em 2014 representavam 30% das novas chegadas, passaram a responder por 40% no ano passado e por 50% em 2016.

A exposição fotográfica “Vidas Refugiadas” permanece nos jardins do Palácio do Catete de terça a domingo, das 9h às 18h, até o dia 10 de junho. A entrada é gratuita. A próxima cidade a

receber a mostra será Brasília, a partir de 20 de junho.

**Acesse no site de origem:** [Exposição “Vidas Refugiadas” chega ao Rio com alerta sobre a violência de gênero \(ONU Brasil, 05/05/2016\)](#)

---

## [Na perigosa rota da imigração, mulheres sofrem abusos sexuais e violência](#)

**(UOL Notícias Internacional, 11/01/2016)** Uma mulher síria que se juntou ao fluxo de migrantes para a Alemanha foi obrigada a pagar as dívidas do marido aos contrabandistas oferecendo sexo ao longo do caminho. Outra foi espancada por um guarda de prisão húngaro até ficar inconsciente, depois de recusar seus avanços.

**Leia também:** [Violência contra mulheres imigrantes é recorrente e subnotificada no Brasil](#)

Uma terceira, ex-maquadora, vestiu-se de homem e parou de tomar banho para afastar os homens do seu grupo de refugiados. Agora, num abrigo de emergência em Berlim, ela ainda dorme de roupa e, como muitas mulheres aqui, empurra um armário para a frente da porta à noite.

“Não tem trinco nem chave, nem nada”, disse Esraa al-Horani, a maquiadora, e uma das poucas mulheres aqui que não têm medo de dizer seu nome. Horani diz que tem tido sorte: “eu fui espancada e roubada”.

A guerra e a violência em seu país de origem, contrabandistas exploradores e mares perigosos ao longo do caminho, uma recepção e um futuro incertos em um continente estrangeiro –estes são alguns dos riscos enfrentados pelas dezenas de milhares de imigrantes que continuam a chegar à Europa, vindos do Oriente Médio e outros lugares. Mas a cada passo do caminho, os perigos são ainda maiores para as mulheres.

Entrevistas com dezenas de imigrantes, assistentes sociais e psicólogos que cuidam de recém-chegados traumatizados em toda a Alemanha sugerem que a migração em massa atual tem sido acompanhada por uma onda de violência contra as mulheres. De casamentos forçados e tráfico sexual até a violência doméstica, as mulheres relatam casos de violência por parte de outros refugiados, contrabandistas, familiares do sexo masculino e até de policiais europeus. Não existem estatísticas confiáveis sobre o abuso sexual e de outros tipos contra as mulheres refugiadas.

Mais de um milhão de imigrantes entraram na Europa no ano passado, fugindo da guerra e da pobreza no Oriente Médio e outros lugares. Entre eles, os homens superam as mulheres em mais de três para um, segundo estatísticas da ONU. “Os homens dominam, numericamente e de outras formas”, diz Heike Rabe, especialista em gênero para o Instituto Alemão de Direitos Humanos.

Susanne Hohne, psicoterapeuta chefe de um centro de Berlim especializado no tratamento de

mulheres imigrantes traumatizadas, diz que quase todas as 44 mulheres sob seus cuidados –algumas ainda nem adultas, outras com mais de 60 anos– foram vítimas de violência sexual. “Nós mesmos vamos ao terapeuta para supervisão duas vezes por mês para lidar com tudo o que ouvimos”, disse Hohne sobre seus 18 funcionários. Juntos, eles fornecem duas sessões semanais de terapia para cada mulher e até sete horas de assistência social, incluindo visitas domiciliares, para ajudá-las com adaptação à vida na Alemanha.

Na Grécia, um dos principais pontos de entrada de imigrantes na Europa, os centros de acolhimento costumam estar superlotados e falta iluminação adequada e espaços separados para mulheres solteiras, disse William Spindler, da agência de refugiados da ONU. “Homens, mulheres e crianças dormem nas mesmas áreas”, disse ele. Em toda a Europa, “casos de violência sexual e violência familiar têm sido relatados para nossa equipe de campo”, acrescentou ele.

Mesmo na relativa segurança da Alemanha, o sistema de asilo tem dificuldades logísticas para acomodar perto de um milhão de imigrantes em 2015 e vem fazendo cortes no que diz respeito à segurança básica para mulheres, como quartos e banheiros com chave.

“A prioridade tem sido evitar a falta de moradia”, disse Rabe, a especialista alemã em violência de gênero. “Mas um ambiente que facilite inadvertidamente a violência é um fator de risco. Não podemos permitir que o padrão caia.”

Isso é mais fácil dizer do que fazer, disse Jan Schebaum, que administra duas casas para requerentes de asilo no leste de Berlim. Há dois banheiros por andar, e os quartos estão lotados.

Uma das casas que ele administra é o abrigo de emergência onde a maquiadora Horani vive. Dos 120 adultos que estão lá, a maioria é síria e afegã, e 80 são homens.

“As mulheres estão à sombra dos homens”, disse Schebaum. “Suas vozes são sufocadas, e isso é um problema.”

No balcão da cozinha, onde voluntários distribuem sopa quente e frutas frescas, as mulheres são muitas vezes as últimas da fila. Elas ficam muito tempo em seus quartos e raramente se inscrevem nas atividades anunciadas no quadro de avisos, como visitas a museus ou concertos. Uma mulher síria não deixou o prédio desde que está lá, há dois meses, porque seu marido, que ainda não chegou à Alemanha, proibiu-a de fazê-lo.

Na lavanderia, histórias de abuso doméstico circulam em conversas sussurradas entre as mulheres. Um marido ciumento e violento do quarto andar tem batido na mulher. Outra mulher tem apanhado do marido porque eles não podem ter filhos. Alguns meses atrás, dois homens afegãos assediaram uma menina afegã com comentários obscenos e a empurraram da bicicleta antes que outros interviessem, disse um voluntário do abrigo. Mas poucos incidentes de violência são denunciados.

Agora há uma noite de tricô e uma aula de aeróbica só para mulheres. Nas manhãs de quarta-feira, pequenos grupos de mulheres vão para a casa de uma voluntária para tomar banho, pintar as unhas e cuidar da aparência.

Uma tarde por semana, as assistentes sociais levam as mulheres imigrantes para uma cafeteria do outro lado da rua para a “hora do café”. As paredes estão cobertas de pichações e o lugar



cheira a fumaça. Mas não importa. Quando Horani chegou com uma grande variedade de música árabe em seu smartphone, o interior desarrumado do café foi transformado num mar de lenços de cabeça balançando com a dança.

Enquanto algumas mulheres pintavam as mãos com henna e outras compartilhavam suas frustrações sobre o tempo que leva para obter o status de refugiado, Samar, 25, uma ex-funcionária do Ministério das Finanças da Síria, se abriu sobre como é estressante ser uma mulher em fuga. Depois de ter a casa bombardeada em Darayya, um subúrbio de Damasco que se tornou conhecido pelos protestos contra o governo no início da guerra civil, Samar passou 14 meses viajando sozinha com suas três filhas, de dois, oito e 13 anos.

“Eu não as perdia de vista por um minuto”, disse ela em árabe, falando através de um intérprete. Ela e outras mães solteiras dormiam em turnos ao longo do caminho, olhando as filhas umas das outras.

Mas, em Izmir, na Turquia, quando estava prestes a pegar um barco para a Grécia, Samar foi assaltada e ficou sem dinheiro para pagar o contrabandista. Um homem atarracado que se chamava Omar se ofereceu para levá-la de graça, mas só se ela fizesse sexo com ele. Samar já o tinha ouvido antes, à noite, no albergue onde ela e outras mulheres refugiadas estavam hospedadas, “indo de um quarto para outro”.

“Todo mundo sabe que existem duas maneiras de pagar os contrabandistas”, disse ela. “Com dinheiro ou com o corpo.”

Mas ela se recusou, e Omar ficou irritado. Naquela noite, ele invadiu o quarto de Samar, fez ameaças a ela e às filhas antes que o grito dela o afugentasse. Samar permaneceu na Turquia por quase um ano para trabalhar e poupar os 4.000 euros necessários para o restante da viagem.

Sentada com sua filha mais nova aninhada no colo, Samar concluiu: “quase todos os homens do mundo são ruins”.

Do outro lado da cidade, no oeste de Berlim, Hohne foi compreensiva, mas mostrou uma visão com mais nuances. Não há soluções fáceis, disse ela. Os abrigos só para mulheres não são uma opção, porque a maioria das famílias quer ficar unida. Algumas mulheres dependem dos homens para proteção. E, acrescentou, “não devemos esquecer que muitos dos homens também estão traumatizados.”

“Não existe o preto e o branco, o bem e o mal”, disse ela. “Se quisermos ajudar as mulheres, também precisamos ajudar os homens.”

*Conteúdo The New York Times*

*Katrin Bennhold  
Em Berlim (Alemanha)*

Acesse no site de origem: [Na perigosa rota da imigração, mulheres sofrem abusos sexuais e violência \(UOL Notícias Internacional, 11/01/2016\)](#)

---

## **Violência contra mulheres imigrantes é recorrente e subnotificada no Brasil**

**(Géssica Brandino/Agência Patrícia Galvão, 17/12/2015)** As múltiplas formas de violência que atingem as brasileiras no cotidiano também são vivenciadas por mulheres imigrantes que vivem no País. O silêncio sobre tais violações, entretanto, prepondera entre essas mulheres, seja pela vulnerabilidade e dependência econômica do parceiro, por não falarem o português, por estarem com a documentação irregular, por não encontrarem acolhimento adequado na rede de atendimento ou ainda por não reconhecerem a violência que sofrem.

Na perspectiva de promover a conscientização sobre as particularidades que cercam a questão da violência contra as mulheres imigrantes, o Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher (NUDEM) da Defensoria Pública do Estado de São Paulo colocou o tema em debate no dia 04 de dezembro, durante o ciclo de debates intitulado “Diálogos Feministas”, realizado ao longo dos [16 Dias de Ativismo](#).

“Há grandes dificuldades que essas mulheres enfrentam ainda hoje. Primeiro, tem a questão da língua, elas não se sentem à vontade e as instituições não estão preparadas para fazer o atendimento. Segundo, muitas vezes, elas estão aqui de forma irregular e, com isso, não acreditam que têm direitos e que podem buscar o sistema de justiça ou qualquer outro serviço. Então, elas acabam deixando de lado e não buscando uma solução para essa violência”, avalia a Defensora Pública e Coordenadora do NUDEM, Ana Paula Meirelles Lewin.

Neste cenário, a subnotificação dos casos de violência contra as mulheres imigrantes e refugiadas é uma realidade que desafia movimentos de mulheres, instituições que trabalham com a temática migratória e órgãos do Sistema de Justiça.



Diálogos Feministas sobre mulheres imigrantes e tráfico de pessoas. (Da esquerda para direita) Eliza Donda, Gabriela Cunha Ferraz, Vivian Holz hacker e Dalila Figueiredo (Fotos: Gêssica Brandino)

### **Invisibilidade da mulher na migração**

A consultora do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, a advogada Vivian Holz hacker, destacou que, apesar das mulheres serem a maioria dos imigrantes que se deslocam na América Latina (52%), até a década de 1970, a migração era tratada como algo exclusivamente masculino. “A mulher era vista como um apêndice, que acompanha o marido, pai ou os filhos, realidade que só começa a mudar nos anos 1990. Mas, ainda hoje, a migração é vista com o olhar masculino, não se fala da mulher”, frisa.

A mesma questão foi ressaltada pela coordenadora do CLADEM/Brasil e assessora técnica da secretaria de assuntos legislativos do Ministério da Justiça, a advogada Gabriela Cunha Ferraz. “Quem mais sofre numa guerra e sobre quem a gente nunca fala são as mulheres. São elas que perdem os filhos, que sofrem o reflexo da perseguição ao marido, que ficam vulneráveis ao estupro e outras formas de violência e são elas que ficam invisibilizadas”, avalia.

### **Histórico de violência**

A história dessas mulheres carrega, em sua maioria, marcas de violência. Vivian Holz hacker relata que muitas mulheres fogem do país de origem para escapar do cenário de violência doméstica, sexual, de um casamento forçado ou da mutilação genital. Algumas enfrentam dificuldades adicionais por conta da restrição de acesso ao passaporte nos países em que o marido é o titular do documento.



Evento fez parte do ciclo de palestras promovido ao longo dos 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher

Gabriela Ferraz, que atuou na equipe dos Médicos Sem Fronteira da República Democrática do Congo ao longo de um ano, testemunhou o impacto da violência sexual naquele país, categorizada como o estupro costumeiro, quando cometido por familiares ou conhecidos, ou o estupro de guerra, quando cometido por grupos armados, principalmente na região leste do país.

“Esse estupro é cometido de outra maneira. É a objetificação completa da mulher, que serve apenas como um instrumento de conquista para a guerra”, relata a coordenadora do CLADEM. Ela cita como exemplo a tropa de soldados ruandeses soropositivos, que estupravam mulheres para que no futuro elas morressem ou fugissem do país, deixando o território livre.

Ao chegar a um novo país, as violências, entretanto, podem continuar. De acordo com a advogada da Missão Paz, Eliza Donda, no Brasil, as mulheres são mais vulneráveis que os homens no processo migratório, em que a aproximação com os brasileiros é, muitas vezes, dificultada. “Às vezes, a comunidade na qual essa mulher está inserida a isola dos brasileiros. Muitas estão no Brasil há anos e não sabem falar o português. A barreira da língua é muito grande por conta desse isolamento”, aponta.

### **Tráfico para exploração sexual**

A violência pode ainda ser perpetrada no trajeto da migração dessas mulheres. Casos de estupro, abandono no meio de locais desertos e sequestro não são raros. A advogada Vivian Holz hacker também viu de perto, quando atuou no atendimento de refugiados na Cáritas Arquidiocesana de São Paulo, casos de mulheres que, ao tentar escapar da violência, acabaram como “mulas” do tráfico ou aliciadas para fins de exploração sexual.

A presidente da Associação Brasileira de Defesa da Mulher, da Infância e da Juventude (ASBRAD), Dalila Figueiredo, relatou as dificuldades existentes para prevenir, combater e punir o tráfico de pessoas, principalmente nas cidades de fronteira e regiões mais remotas do Brasil. “Quando se fala do Brasil profundo, não há uma rede que dialoga, mas uma ou outra pessoa comprometida com aquela questão. No sistema carcerário das regiões de fronteira, muitas vezes, as mulheres indígenas e estrangeiras são discriminadas pelas brasileiras e, por vezes, torturadas”, denuncia.

Segundo a defensora Ana Paula, os casos de tráfico de mulheres que chegam ao conhecimento

da Defensoria ainda são poucos. “Elas buscam a Defensoria só depois que já se estabeleceram e estão abrigadas num local específico”, informa.

### **Rompimento do silêncio**

A naturalização da violência pela própria vítima, após anos no ciclo de violência doméstica, é outro fator que corrobora com o silêncio em relação a essas violações. “Elas demoram muito para se identificar enquanto pessoas em situação de violência doméstica e familiar, porque, na maioria das vezes, vêm de países que, como o Brasil, tem uma cultura machista muito naturalizada e, às vezes, não compreendem a situação que vivem como violência. Muitas vezes, só no momento em que vêm trazer o relato de algo muito grave – de violência corporal, sexual ou que atinge os filhos – é que elas se dão conta de um ciclo de violência muito longo”, explica.

O mesmo se repete nos casos das mulheres vítimas de violência sexual, conta a advogada Vivian Holzacker: “Muitas mulheres que vem para o Brasil foram vítimas de violência sexual e não buscam atendimento médico porque, muitas vezes, isso não existia no país de origem delas. E, mesmo depois de anos, continuam sofrendo com dores e problemas de saúde decorrentes da violência que sofreram”, aponta.

Em São Paulo, a advogada Gabriela Ferraz ressalta que as mulheres imigrantes vítimas de violência sexual devem receber o acompanhamento médico e psicológico no Hospital Pérola Byington, centro especializado na saúde da mulher e em lidar com essas violências. “Essas mulheres chegam aqui ainda com sequelas, Muitas vezes, não conseguem fazer a profilaxia a tempo, mas ainda precisam de tratamento, principalmente o psicológico, para superar o estresse pós-traumático”, frisa.

### **Escuta e acolhimento de qualidade**

As especialistas consideram primordial o papel da escuta qualificada para que a mulher consiga reconhecer o contexto de violência e buscar ajuda. “A escuta qualificada é justamente aquilo que as entidades que trabalham com migrantes propõem: que seja feita uma acolhida com “a” maiúsculo, na qual se ouve a história da pessoa, se olha nos olhos e se sente empatia por aquilo que a pessoa está vivendo. É preciso sensibilizar o poder público para que a escuta seja feita em todos os âmbitos”, destaca Eliza Donda.

Para a advogada, o exemplo bem sucedido de outras mulheres que buscaram a rede de serviços estimula o rompimento do silêncio por outras mulheres. “O círculo de amizade influencia no aumento das denúncias, porque uma mulher vê que a outra conseguiu resultados e a pergunta como ela fez. Assim, elas vão conversando e a quebra do silêncio vai aumentando”, afirma, destacando o papel fundamental que os profissionais da rede de atendimento têm em promover um serviço humanizado e de qualidade.

Nesse sentido, a defensora Ana Paula afirmou que é perceptível o aumento de denúncias nos últimos anos por mulheres imigrantes, especialmente bolivianas, que tem buscado a ajuda do órgão. Em São Paulo, a Defensoria já conta com materiais traduzidos para o inglês e espanhol e com um convênio para fazer o atendimento da população imigrante. A instituição também tem se aproximado da rede de atendimento aos imigrantes na cidade para apresentar os serviços disponíveis e informar sobre o direito ao atendimento.

“A mulher pode buscar a Defensoria Pública independentemente da situação irregular na documentação. Quando ela busca o serviço, não importa o tipo de documento que ela tem. O

que vamos buscar é resolver a questão da violência doméstica ou cometida por outras pessoas e a questão da guarda dos filhos, do que ela demandar”, explica a defensora.

Gabriela Ferraz também destaca a necessidade de compreender e respeitar o multiculturalismo trazido pelas imigrantes e pensar em formas de promover o empoderamento feminino dessas mulheres, estimulando a participação em organizações e conselhos decisórios.

Já para a advogada Eliza Donda, o grande desafio que se coloca para imigrantes é o mesmo que para brasileiras: acabar com a cultura de violência e o machismo. “O maior desafio é romper o ciclo do machismo, que vem não só das culturas dos migrantes, mas também dos brasileiros. Romper com isso é essencial para a sobrevivência da humanidade”, destaca.

---

## Mulheres na América Central e México fogem de seus países em níveis crescentes, alerta ACNUR

**(ONU Brasil, 28/10/2015)** Segundo o alerta da agência da ONU, elas buscam escapar de um descontrolado e fatal aumento de violência por parte de gangues e outros grupos criminosos, alimentando uma crise iminente de refugiados nas Américas que exige uma ação urgente e coordenada de todos os países da região.

Mulheres na América Central e no México estão fugindo de seus países em níveis crescentes para escapar de um descontrolado e fatal aumento de violência por parte de gangues e outros grupos criminosos, alimentando uma crise iminente de refugiados nas Américas que exige uma ação urgente e coordenada de todos os países da região. O alerta foi feito nesta quarta-feira (28) pela a Agência da ONU para Refugiados (ACNUR).

“A violência perpetrada por grupos criminosos organizados transnacionais em El Salvador, Guatemala, Honduras e certas partes do México tornou-se generalizada”, disse o alto comissário da ONU para Refugiados, António Guterres, em Washington, durante o lançamento do relatório intitulado “Mulheres em Fuga” (ou “Women on the Run”, do original em inglês).

“As dramáticas crises de refugiados que estamos testemunhando no mundo de hoje não se limitam ao Oriente Médio ou à África. Estamos vendo uma outra crise de refugiados se desdobrando nas Américas. Este relatório é um alerta prévio para aumentar a consciência dos desafios que as mulheres refugiadas enfrentam e um apelo a uma resposta regional para uma crise de refugiados que se aproxima”, disse Guterres.

O ACNUR está pedindo a todos os países da América Central e da América do Norte que reconheçam a crescente situação dos refugiados na região. Além disso, pediu também que eles estabeleçam uma capacidade adequada nas fronteiras para assegurar a identificação das pessoas que necessitam de proteção internacional, bem como avancem rapidamente em



direção a uma abordagem regional coordenada para este problema, visando melhorar o acesso à proteção e a soluções para os refugiados e tratar as causas profundas do deslocamento forçado.

O relatório “Mulheres em Fuga” tem como base entrevistas realizadas com 160 mulheres que fugiram recentemente de seus lares em El Salvador, Guatemala e Honduras - o “Triângulo Norte da América Central” - e de partes do México para escapar o aumento da violência em suas comunidades.

Elas descreveram detalhadamente como os grupos criminosos armados aterrorizam a população para estabelecer o controle sobre grandes áreas destes países e como as mulheres, em particular, estão sendo perseguidas com extrema e específica violência de gênero.

“Tudo nos afeta porque as mulheres não valem nada”, explicou Lana, uma das entrevistadas para o relatório. “É como se a sua vida não tivesse nenhum valor. Eles nos violam. Não existe nenhum limite. Não existe nenhuma autoridade. Não tem ninguém que os detenha.”

Embora governos da região tenham se esforçado para abordar as causas fundamentais da violência, as pessoas seguem fugindo. A região tem uma das taxas mais altas de homicídio do mundo, afetando particularmente as mulheres.

Enquanto algumas mulheres do chamado Triângulo Norte da América Central fogem em direção aos Estados Unidos, outras vão para países onde as solicitações de refúgio de pessoas da região aumentaram drasticamente desde 2008 - um crescimento de 13 vezes.

Segundo estatísticas do governo dos Estados Unidos, 82% de 16.077 mulheres vindas do Triângulo Norte e do México entrevistadas por autoridades norte-americanas no último ano consideraram ter um fundado temor de perseguição ou tortura e, por isso, apresentaram pedidos de refúgio nos EUA.

**Acesse no site de origem:** [Mulheres na América Central e México fogem de seus países em níveis crescentes, alerta ACNUR \(ONU Brasil, 28/10/2015\)](#)

---

## [Acnur denuncia abusos sexuais a mulheres e crianças refugiadas](#)

**(O Globo, 24/10/2015)** *Violações ocorrem em países como Itália, Grécia, Hungria, entre outros, diz agência da ONU*

Na difícil jornada em busca de uma vida melhor na Europa, os imigrantes enfrentam frio, medo, fome, cansaço e também são explorados sexualmente, denuncia o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (Acnur). A agência da ONU afirmou na sexta-feira que tem recebido “denúncia horríveis” de abusos a mulheres e crianças por parte dos traficantes e declarou que vai realizar uma investigação exaustiva sobre elas, junto com outras organizações.





Menina posa para foto enquanto refugiados esperam para atravessar fronteira entre Croácia e Eslovênia (Foto: Jure Makovec / AFP)

— Temos escutado denúncias horríveis de crianças obrigadas a manter relações sexuais com os traficantes para pagarem a viagem — declarou a porta-voz da Acnur, Melissa Fleming.

O que mais preocupa o Acnur é que esses relatos sejam apenas a ponta do iceberg do problema, pois muitas pessoas não teriam coragem de falar sobre os abusos já que a maioria vem de um contexto cultural e religioso conservador. Os refugiados que chegam à Europa estão fugindo da guerra e perseguição em países do Oriente Médio e África, sendo grande parte deles da Síria.

— Em alguns casos, inclusive, eles se veem obrigados a recorrer à prostituição para sobreviver, porque teve roubado seu dinheiro ou já não tem nada e são pressionados pelas máfias a pagar as dívidas e seguir viagem — disse ao jornal espanhol “El Mundo” María Jesús Vega, porta-voz da agência no país.



Meninos refugiados descansam em trilho de trem na fronteira entre Áustria e Eslovênia (Foto: Vladimir Simicek/AFP)

Segundo o Acnur, as violações ocorrem em todos os países de trânsito, como Itália, Grécia, Macedônia, Sérvia, Hungria e Eslováquia, pelos quais os refugiados passam até chegar a seus destinos, países ricos do Norte da Europa como Alemanha e Áustria. A organização aponta também que os abusos ficam impunes diante do caos nas fronteiras europeias e da má gestão como as autoridades estão lidando com a crise migratória.

As mulheres e crianças representam 34% das mais de 640 mil pessoas que chegaram pelo Mediterrâneo na Europa, sem contar que muitos menores chegam desacompanhados. Segundo Melissa, esse grupo se convertem em “presas fáceis” dos contrabandistas ou até mesmo de outros imigrantes ou refugiados. Diante disso, a Acnur exige que os governos europeus que adotem medidas para garantir a proteção dos menores e uma recepção adequada.

### **POLÊMICA NOS BALCÃS**

Enquanto isso, os países da UE ainda não mostram sinais de uma resposta conjunta à crise. Bulgária, Sérvia e Romênia disseram neste sábado que fechariam suas fronteiras se a Alemanha e outros países fizerem o mesmo para impedir a entrada de refugiados, alertando que não permitiriam que a região dos Balcãs se tornasse uma zona neutra para imigrantes sem recursos. O primeiro-ministro búlgaro, Boiko Borisov, anunciou a decisão após se encontrar com seus equivalentes da Sérvia e da Romênia na capital Sofia, às vésperas de um encontro de líderes da União Europeia, no domingo.

A posição é um indicativo das divisões que foram abertas entre estados da União Europeia sobre a melhor maneira de lidar com o fluxo de centenas de milhares de imigrantes, muitos

fugindo de conflitos na Síria, no Iraque e no Afeganistão.

— Os três países, nós estamos ficando prontos, se a Alemanha e a Áustria fecharem suas fronteiras, não permitiremos que nossos países se tornem zonas neutras. Estaremos prontos para fechar nossas fronteiras — disse Borisov.

O primeiro-ministro romeno, Victor Ponta, disse que essa seria a posição consensual dos três países na reunião extraordinária dos líderes europeus, no domingo, para enfrentar a crise de imigração nos Bálcãs ocidentais. Milhares de pessoas que tentam chegar à Alemanha já estão presos na região em condições degradantes.

**Acesse o PDF:** [Acnur denuncia abusos sexuais a mulheres e crianças refugiadas \(O Globo, 24/10/2015\)](#)

---

## [Na ONU, Dilma diz que Brasil está de 'braços abertos' para refugiadas](#)

*(G1/Mundo, 27/09/2015) Presidente discursou em evento sobre igualdade de gênero. Ela citou ainda compromissos do Brasil com políticas para mulheres*

A presidente Dilma Rousseff afirmou neste domingo (27), em reunião na ONU com líderes mundiais sobre igualdade de gênero, que acolher mulheres que saem de zonas de conflito é um “imperativo ético” e que o Brasil “abre os braços” para todas elas. Em discurso, ela também citou compromissos do governo brasileiro com políticas para as mulheres.

**Leia também:** [70 mil mulheres refugiadas em seu caminho para a Europa precisam de cuidados específicos, alerta ONU \(ONU/BR, 25/09/2015\)](#)

“Chamo a atenção para o drama das mulheres que vivem em zona de conflito, e daquelas que cruzam mares e muros em busca de refúgio. Acolhê-las é imperativo ético, assim como construir um mundo de paz, tolerância e justiça. O Brasil abre seus braços a todas”, afirmou a presidente.

Mais cedo, Dilma participou, também na ONU, de uma cúpula da ONU sobre desenvolvimento sustentável, na qual anunciou metas do Brasil para o meio-ambiente, entre elas a redução de 43% na emissão de gases do efeito-estufa até 2030.

Nesta segunda-feira (28), a presidente fará o discurso de abertura da Assembleia-Geral da ONU.

Na fala sobre igualdade de gênero, que durou cinco minutos, a presidente citou ainda “firmes compromissos” do Brasil com políticas para mulheres. Entre esses compromissos, segundo ela, estão “a universalização do atendimento humanizado a todas as mulheres em situação de violência doméstica e sexual; a busca por salários iguais para trabalhos iguais e o desenvolvimento de ações que promovam maior participação das mulheres na política”.

Acesse no site de origem: [Na ONU, Dilma diz que Brasil está de 'braços abertos' para refugiadas \(G1/Mundo, 27/09/2015\)](#)